

Do estrangeiro antipático e avarento, ao velho simpático e veterano de guerra: representações e construções memoriais sobre o Conde d'Eu

Editorial: [Edição nº 3, ano II](#) [1]

Luciana Pessanha Fagundes
PPHPBC-FGV
Rio de Janeiro/RJ

Resumo: Esta apresentação tem como objetivo analisar as construções memoriais realizadas em torno da figura do Conde d'Eu, a partir de três momentos específicos. O primeiro deles acompanha a trajetória desse personagem no Brasil Imperial ressaltando as características negativas que lhe eram atribuídas. Já o segundo, analisa o retorno do Conde ao Brasil, em janeiro de 1921, quando é recebido com muitas simpatias e glórias. Enfim, o terceiro momento tem como alvo as biografias publicadas sobre o Conde na década de 1930, onde é perceptível uma construção memorial bem diferente daquela apresentada apenas uma década atrás.

Abstract: This presentation aims to analyze the memorial constructions held around the figure of the Count d'Eu, from three specific times. The first one follows the trajectory of this character in Imperial Brazil, highlighting the negative characteristics ascribed to it. The second examines the return of the Count to Brazil in January 1921, when he is received with much sympathy and glories. Finally, the third phase targets the biographies published about the Count in the 1930s, where we can see a memorial construction quite different from that presented only a decade ago.

O presente artigo tem como foco a figura do Conde d'Eu, analisada em alguns momentos específicos. O primeiro deles remete à sua experiência no Brasil do Segundo Reinado, onde viveu por mais de 20 anos, após o seu casamento com a princesa Isabel em 1864, e durante o qual o Conde não angariou muitas simpatias, sendo representado como o príncipe estrangeiro e antipático, além de avarento, deselegante e descortês. O fato é que, até final do século XIX, o Conde não era bem quisto no Brasil. Como seria então recebido, ao retornar ao país onde viveu por longo tempo, já com 78 anos?

A chegada no Rio de Janeiro, em janeiro de 1921, marca um segundo momento na biografia do Conde, que é bem diferente do primeiro. Longe de ser representado como um “estrangeiro”, entraria em cena o velho simpático e veterano de guerra, cuja imagem, mais amigável e positiva, é construída através de inúmeros esquecimentos, onde o passado de ojeriza a este personagem não é lembrado.

Já na década de 1930, quando são publicadas suas duas principais biografias, verificamos outro tipo de construção memorial, voltada para o combate às injustas acusações e críticas das quais o Conde foi alvo durante o Segundo Reinado, procurando assim recuperar e reparar sua memória.

Como explicar tais alterações no discurso memorial em relação a tal figura? Essa é a principal questão deste artigo, e veremos que a resposta para tal não é, de forma alguma, simples. Implica uma análise apurada da perspectiva daqueles que elaboraram essa narrativa memorial sobre o Conde, compreendida nas relações existentes entre memória coletiva e usos do passado. Assim, antes de analisarmos como o passado do Conde é mobilizado e de que forma é apresentado, cabe discutir a questão de Ricoeur: “De quem é a memória?” (RICOEUR, 2007: 23).

Perguntar “De quem é a memória?” remete imediatamente à inflexão feita por Maurice Halbwachs, quando este formulou o conceito de memória coletiva, que teria colocado em campos distintos a tradição do olhar interior, da subjetividade e a tradição do “olhar exterior” do social, representada pela escola durkheimiana na qual encontramos Halbwachs. Na intenção de construir pontes entre essas duas tradições, Ricoeur pontua uma característica ressaltada pelo próprio Halbwachs: são os indivíduos que se lembram, porém, cada memória individual é um ponto de vista que integra a memória coletiva, e este ponto de vista muda segundo o lugar que se ocupa, lugar que também muda segundo as relações que se mantêm com os outros ambientes. (HALBWACHS, 2006: 69).

A intenção de lançar pontes entre olhares também pode ser percebida em trabalhos como o de Pomian, quando este ressalta que a memória é resultado de uma interação do aparelho sensorial exclusivo ao indivíduo, com um filtro conceitual e afetivo que funciona no interior de um quadro social dado. É uma memória individual que seleciona e filtra, compreendida em quadros sociais (POMIAN, 1998: 68-69). Filtros e seleções remetem justamente às formas de apropriação da memória, expressas tanto na multiplicidade de experiências e lembranças, como na capacidade da memória coletiva de construir uma visão comum do passado (LAVRABRE, 2001).

Não apenas as políticas memoriais, mas também os chamados usos políticos do passado são, desta forma, expressões da memória coletiva. A vontade política que se exprime nos usos políticos do passado tem como objetivo a produção de representações compartilhadas, ou seja, a produção de uma identidade comum. Nesse sentido, a narrativa construída sobre o passado comporta necessariamente uma dimensão seletiva, relegando ao esquecimento certos aspectos e destacando outros. As estratégias do esquecimento atuam diretamente nessa reconfiguração, pois, “pode-se sempre narrar de outro modo, suprimindo, deslocando as ênfases, refigurando diferentemente os protagonistas da ação assim como os contornos dela” (RICOEUR, 2007: 455). Tal “refiguração”, no dizer de Ricoeur, depende da perspectiva do narrador, constituída por uma série de referências que devem ser ‘destrinchadas’ se quisermos ter uma noção de como tal ator ou atores construíram seu olhar sobre o passado. Referências essas, que são essenciais para entendermos as diferentes configurações que assume o discurso memorial sobre o Conde ao longo dos anos, especialmente nas décadas de 20 e 30.

Nesse sentido, o exercício aqui proposto inspira-se fortemente não apenas nas proposições de Ricoeur, mas também toma como referência o trabalho de David Lowenthal, sintetizadas na seguinte frase: “Assim, como somos produtos do passado, também o passado conhecido é um artefato nosso” (LOWENTHAL, 1985: 113). Ou seja, a dimensão seletiva presente na narrativa memorial produzida nas décadas de 20 e 30 só pode ser compreendida como artefato desses respectivos momentos históricos, que lhe imprimem uma marca, um ponto de vista único e singular.

Todavia, devem-se considerar ainda mais alguns pontos singulares em relação à experiência do Conde, especialmente sobre retorno em 1921, em contraposição à sua vivência no Brasil do Segundo Reinado. Para tal, tomamos como base os trabalhos de Alfred Schutz sobre o estrangeiro e a experiência de retornar ao lar, seus significados e possíveis abordagens (SCHUTZ, A. 1944; 1979). De fato, um dos primeiros pontos colocados por Schutz é a diferença entre a atitude daquele que retorna ao lar e do estranho, ou estrangeiro. Este último irá ligar-se a um grupo que não é e nunca foi seu, e sabe que entrará em contato com um mundo não-familiar.¹ [2] Já aquele que retorna ao lar conhece, ou melhor, pensa que conhece o ambiente para o qual está voltando. Assim, enquanto o estranho precisa antecipar o que ocorrerá durante sua experiência, aquele que volta ao lar possui uma série de referências, compostas basicamente por suas memórias, e que serão utilizadas por ele para se reintegrar ao lar.

No entanto, essa reintegração não será tão fácil, pois, ao partir, esse indivíduo deixou de fazer parte da estrutura social do mundo lar, compreendida em um tempo e espaço comuns, tanto para ele, como para os que ficaram, sendo esses momentos em comum substituídos por suas memórias. Considerando que cada memória individual é um ponto de vista que integra a memória coletiva (HALBWACHS, 2006: 69), a possibilidade das representações sobre aquele que retorna, e dele sobre o lar, se alterarem ao longo do tempo são enormes. Na compreensão de Schutz, elas se alteram porque são tipificadas. A partir do momento em que há o corte no tempo e espaço comuns, inicia-se um processo de tipificação em relação àquele que está longe, e também deste com aqueles que ficaram para trás. Essas considerações de Schutz são relevantes para se pensar em que categoria o Conde será enquadrado quando retornar, que imagem tipificada será construída sobre o mesmo.

Esse processo de tipificação ocorre juntamente por alterações nos interesses e relevâncias dos indivíduos que estão separados, pois, a mudança de ambiente faz com que outras coisas se tornem importantes para ambos, e as velhas experiências são reavaliadas. Trazendo isso para a experiência do Conde, vemos que ele lembra o que lhe é relevante, e muitas vezes, é uma lembrança que perdeu relevância, ou nunca foi relevante, para aqueles que estão ao seu redor nesse momento de retorno, e isso causa certo estranhamento, mas que é significado positivamente. Fazendo uma conexão com as considerações de Halbwachs, percebemos que é no tempo de determinado grupo ou grupos que o Conde procura encontrar ou reconstituir suas lembranças. Todavia, as partes de um grupo podem organizar esta lembrança em volta de centros de interesse, que já não são exatamente os mesmos, possibilitando que a memória atinja regiões do passado em distâncias desiguais (HALBWACHS, 2006: 146-149).

Tal fato fica claro quando observamos que o passado evocado nesse tempo de comemoração, que marca o retorno do Conde e seu filho, é um passado monárquico grandioso, focado principalmente na figura exemplar de D. Pedro II, e que há certa distância entre o que o Conde lembra e esta memória que é “enquadrada” (POLLAK, M. 1989) e comemorada.

Nesse sentido, percebemos que a memória “enquadrada” nesses momentos, muitas vezes não inclui lembranças pertencentes a certos grupos ou indivíduos que não sejam de seu interesse, e esses aspectos podem ser minimizados ou até esquecidos. Está em jogo a construção ou reconstrução de uma identidade, tanto por parte dos organizadores dessa memória “enquadrada”, como por parte do indivíduo ou grupo deixado de fora. No caso, para esses, a construção dessa identidade irá auxiliá-los na definição de seu lugar social e suas relações com os outros (POLLAK, M. 1989). Retomando Schutz, observamos também como, no trabalho de reintegração social daquele que retorna ao lar, as memórias têm um papel essencial, orientando seu relacionamento com as pessoas e com o ambiente ao seu redor.

Enfim, é a partir desta perspectiva que iremos analisar a biografia do Conde, visitada na década de 1920, e posteriormente na década de 1930, procurando ‘destrinchar’ as referências que orientaram a elaboração dessas diferentes narrativas memoriais, procurando assim, pensar como determinado ator ou atores de um presente histórico construíram seu olhar sobre esse personagem do passado.

O Conde em vários tempos

Luis Felipe Maria Fernando Gastão d’Orleans, o Conde d’Eu (1842-1922), era filho do Duque de Nemours com a princesa Vitoria Augusta Antonieta. Primogênito de quatro filhos, nasceu em 28 de abril de 1842, no castelo de Neuilly, na França. Aos seis anos, as convulsões de 1848 na França implicaram no banimento de sua família que buscou asilo na Inglaterra. Em 1855 iniciou seus estudos na academia

militar de Segovia, onde obteve a patente de capitão. Em 1864 veio para o Brasil, junto com seu primo germano Augusto de Saxe Coburgo Gotha, para casar com a filha de D. Pedro II, Isabel Cristina. Desse casamento nasceram: Dom Pedro de Orleans e Bragança (1875-1940), Dom Luis de Orleans e Bragança (1878-1920) e Dom Antonio de Orleans e Bragança (1881-1918).

Segundo Câmara Cascudo, um de seus biógrafos, a “feição alienígena do príncipe francês” pesou profundamente, sendo ele alvo de certas “lendas impopularizadoras” que o caracterizavam como avarento, deselegante e descortês; e que tinha como meio de renda a exploração de vários “cortiços” pela cidade. Outro ponto criticado foi a concessão do título de marechal, após seu casamento com a princesa, por ser ele muito novo, tratando-se ainda de um “mancebo” (CASCUDO, 1933: 222).

Outras impressões sobre o Conde durante o Império podem ser encontradas nas memórias do Visconde de Taunay. Segundo ele, seu amigo e companheiro de guerra, o Conde possuía qualidades admiráveis como o gosto pelo trabalho, pela ordem econômica (daí o apelido de “avarento”), tinha absoluta simplicidade nos modos, e era pouco propenso a ouvir e aceitar bajulações. Já como defeitos, Taunay cita seus modos desajeitados, sua surdez, os hábitos de apertada economia, o caráter propenso à melancolia e o carolismo acentuado. Além da surdez, outro fator que concorria contra ele, era o sotaque do seu português, cheio de *rrr*, denunciando sempre seu caráter estrangeiro (TAUNAY, 1948. Apud LYRA, 1977: 38-39).

Tal imagem negativa do Conde pesou muito no final do Império, causando receios em relação a um Terceiro Reinado, caracterizado como o governo da princesa carola, incompetente e tutelada pelo marido estrangeiro, personagem pouco amado pelos brasileiros. Assim, no momento em que a família imperial gozava da mais desastrosa impopularidade, esta se concentrava intensamente sobre o Conde (MELLO, 2007: 167-168). Nas palavras Rui Barbosa: “Circunstancias, que toda gente sabe entre nós, envolvem hoje a família imperial na mais desastrosa impopularidade; e esta concentra-se sobre o nome do sr. Conde d’Eu” (BARBOSA, 1947: 323. Apud MELLO, 2007: 189).

Mesmo após a proclamação da República, o Conde continuaria sendo representado com extremo desprezo. O *Diário de Notícias*, por exemplo, ao publicar uma crônica política, quando da morte de D. Pedro II, em dezembro de 1891, aponta que muitos eram os fatos que depunham contra o príncipe, como por exemplo, “a posse dos cortiços e pedreira com os quais negociava, como sabe todo mundo” (*Diário de Notícias*, 7 de dez. de 1891). Também o *Jornal do Brasil*, ao publicar seu necrológio sobre Pedro II, descreveu os principais eventos que ocorreram no Segundo Reinado, e ao fazer referência à Guerra Paraguai, faz uma ressalva: “Em outras condições não mencionaríamos o seu nome (Conde d’Eu), senão na grande lista dos que honrarão a farda” (*Jornal do Brasil*, 6 de dez. de 1891). Ou seja, somente por sua contribuição na Guerra do Paraguai, era possível se referir ao Conde. A questão é que uma representação positiva desse personagem será construída ao longo das primeiras décadas do século XX, assim, ainda nos primórdios da República, de onde retiramos essa última citação do *Jornal do Brasil*, sobressaem as referências construídas durante a segunda metade do século do XIX, extremamente negativas.

Enfim, o Conde permaneceu até 1889 no Brasil. Com a proclamação da República, a família imperial foi exilada e banida, sendo permitido seu retorno somente em 1920, após a revogação do decreto do banimento.² [3] O Conde d’Eu, junto com seu filho mais velho, o príncipe Pedro Augusto, retorna então ao Brasil em 1921, acompanhando os esquifes dos ex-imperadores, permanecendo no país de 8 de janeiro até 15 de fevereiro de 1921.

Em maio de 1920, o recém eleito presidente da República Epitácio Pessoa ressalta em sua mensagem ao

Congresso Nacional a importância de que, junto às comemorações do centenário de Independência, fossem trasladados para o Brasil os despojos mortais de D. Pedro II e de Thereza Cristina, que repousavam no Panteão Real dos Bragança em Portugal.

Caracterizado como um “ato de elevação moral”, o pedido para o traslado dos despojos é acompanhado de referências não apenas à figura de D. Pedro II, mas também de D. Pedro I, apresentado por Epiácio como elemento fundamental para o êxito da independência brasileira, evitando que o país “como nas antigas colônias espanholas” experimentasse “perturbações políticas prolongadas”. Tais referências presentes no discurso de Epiácio demonstram a importância de incorporar esses personagens novamente à história nacional, pois o progresso representado pela República não poderia obscurecê-los. D. Pedro II, um personagem que “ninguém deixa de reconhecer”, ressalta Epiácio, merecia, por seus serviços notáveis prestados à nação, “lugar de destaque nos cem anos de independência que agora serão lembrados”. O traslado dos restos mortais do imperador e também da imperatriz serviriam então, aponta o presidente, como prova de que as instituições republicanas estavam já radicadas no país (*Diário do Congresso Nacional*; 4 de maio de 1920).

Enfim, no dia 3 de setembro de 1920, realizava-se no Salão de Despachos do Palácio do Catete a assinatura do decreto que revogava o banimento da família imperial. Para tal ato foi oferecida ao presidente uma caneta de ouro obtida especialmente para a ocasião com dinheiro arrecadado mediante subscrição pública promovida pelo jornal *A Rua* (GUIMARÃES, 2005: 150). A cerimônia foi realizada com a presença de comissões de várias instituições importantes como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Academia Brasileira de Letras e a Associação Brasileira de Imprensa.

Revogado o banimento, duas questões vêm à tona: onde iriam repousar os despojos dos ex-imperadores e como seriam recebidos os despojos de D. Pedro II. A primeira questão resolveu-se rapidamente, sendo escolhida a cidade de Petrópolis e sua Catedral. Todavia, como a Catedral ainda estava em construção, ficou resolvido que os restos mortais ficariam provisoriamente na capela de Nossa Senhora dos Passos na Catedral do Rio de Janeiro (*Jornal do Brasil*, 18 de nov. de 1920. Apud *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1925: 40- 44). Já a segunda questão - sobre a participação do governo na cerimônia - seria um pouco mais complicada, pois, o decreto que revogava o banimento da família imperial apenas autorizava o Poder Executivo a trasladar os despojos, não fornecendo detalhes sobre como seria realizada a recepção no Brasil, ou seja, se seriam concedidas honras de chefe de Estado a D. Pedro II.

A organização da recepção ficaria, então, a cargo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o IHGB, que formou uma comissão executiva com esse objetivo, composta pelo prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Carlos Sampaio; monsenhor Pio dos Santos, representante do cardeal Arcoverde; Rodrigo Otávio, subsecretário do Ministério das Relações Exteriores, e o presidente do IHGB, Afonso Celso.

A decisão de conferir caráter oficial às cerimônias é noticiada quase às vésperas da chegada, em 4 de janeiro, quando finalmente é publicado o programa do cerimonial, confirmando a participação oficial do governo na recepção, concedendo ao imperador as honras de chefe de Estado em seu funeral (*A Notícia*, 04 de jan. de 1921. Apud *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1925: 75-78). As honras de chefe de Estado aplicadas ao ritual do funeral referem-se à atuação do Exército e da Armada, e à participação de representantes do governo na cerimônia. A atuação das Forças Armadas reservava-se principalmente à formação de alas, desde o cais da Praça Mauá até a entrada principal da Catedral, sendo estendidas pela Avenida Rio Branco e Rua da Assembléia, a fim de prestar as continências militares (*Jornal do Commercio*, 8 de jan. de 1921. Apud *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1925: 90-99).

Rapidamente a cerimônia ganha um aspecto grandioso, com a publicação, desde final de dezembro a início de janeiro, de listagens com várias adesões às comissões de senhoras e cavalheiros, criadas pela comissão executiva, com objetivo de incorporar todos que quisessem se associar às homenagens (*Jornal do Commercio*, 4 de jan. de 1921. Apud *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1925: 48-53; 73-74). As duas comissões eram chefiadas respectivamente pela baronesa de Loreto e pelo conselheiro José da Silva Costa, um detalhe interessante sobre a comissão de senhoras, é que nesta, o cargo de presidente de honra era ocupado pela senhora Mary Pessoa, esposa do presidente Epitácio Pessoa. Além dos trabalhos das comissões, e da expectativa da chegada, completava o cenário a inauguração da *Exposição de História e Arte Retrospectiva da Época Monárquica no Brasil* no Club dos Diários (*A Noite*, 04 de janeiro de 1921. Apud *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1925: 83-84).

Assim, na manhã do dia 8 de janeiro o couraçado *S. Paulo* é recebido, à entrada da Baía de Guanabara, com uma salva de tiros feita pelas fortalezas de Santa Cruz e São João. A bordo do *S. Paulo*, acompanhava os despojos mortais, o Conde d'Eu, o príncipe D. Pedro Augusto e Manuel Viera Tosta Filho (Barão de Muritiba), que foram recebidos pelo prefeito Carlos Sampaio, pelo presidente do IHGB, Affonso Celso, barão Ramiz Galvão, Agenor Roure, secretário do presidente da República, almirante José Carlos de Carvalho, Max Fleiuss, Jonathas Serrano e o comendador Arthur Guimarães.

Feitas as devidas apresentações, iniciou-se o procedimento para o desembarque dos ataúdes, contudo, este teve que ser retardado devido à chuva que começou a cair na cidade, somente quando esta cedeu é que, finalmente, o caixão do imperador tocou terra brasileira. Momento solene, marcado por salvas de tiros partidas do couraçado *S. Paulo*, execução do Hino Nacional e mais salvas de tiros efetuados pelo Batalhão Naval. Em seguida, salvaram a um só tempo todas as unidades da Armada, fundeadas na Guanabara e todas as fortalezas do porto.

À saída da Praça Mauá, Conde e príncipe encontraram-se com a sra. Mary Pessoa e sua filha Laurita Pessoa, sendo devidamente apresentados pelo conde Afonso, seguiram todos juntos no automóvel, à convite da primeira dama. Formou-se então o préstito tendo à frente a escolta da Polícia Militar e outra do Exército, a carreta com ataúde D. Pedro II era conduzida por representantes das irmandades de S. Elesbão, Santa Efigênia, do Rosário e de S. Benedito; já a carreta da imperatriz era conduzida por senhoras representantes de várias instituições, como do Instituto Histórico e Geográfico, Irmandade do Sagrado Coração de Jesus, e da Sociedade Católica. A seguir, vinha o automóvel das senhoras Mary Pessoa e Laurita Pessoa, acompanhadas do Conde d'Eu e o príncipe Pedro Augusto. À medida que o cortejo passava pela Avenida Rio Branco, as forças apresentavam armas ao som do hino nacional.

Na decoração, tanto da Avenida, quanto das ruas adjacentes, tremulavam bandeiras negras, nas fachadas dos estabelecimentos públicos, casas comerciais e residências particulares, bandeiras nacionais e estrangeiras foram hasteadas a meio pau. Na decoração da Catedral, destino último do cortejo, faixas de veludo preto com lágrimas de prata, lustres envoltos em crepe preto, altar e laterais cobertos com mantos negros davam o tom maior ao ritual fúnebre.

Na chegada à Catedral, o Conde d'Eu e o príncipe entraram acompanhados de Mary e Laurita Pessoa, iniciou-se a cerimônia religiosa, oficiada pelo monsenhor Ferreira Alves. Terminado o ofício, Mary Pessoa e os dois príncipes aproximaram-se dos ataúdes, depositados no centro da igreja; após esse momento dirigiram-se para a sacristia onde receberam a imprensa.

Sobre a recepção dos despojos imperiais, cabe ressaltar a ausência do presidente Epitácio Pessoa na

cerimônia, o que já estava previsto no programa. Receberam a tarefa de representar o presidente, o seu secretário, Agnor Rouge e o Chefe da Casa Militar, Hastimphilo de Moura. Pode-se também interpretar a presença de Mary Pessoa como mais um representante significativo do governo na cerimônia. No caso, a atitude da primeira dama, de convidar para acompanhá-la no automóvel os membros da família imperial no momento em que se compôs o féretro - algo que não estava previsto no programa - pode ser interpretada como um momento emblemático do conagraçamento entre a República e o Império (GUIMARÃES, 2005:154).

Considerando as impressões da imprensa sobre o evento, observamos que tal “conagraçamento” é identificado várias vezes através de formas diferenciadas. A primeira delas, presente no *Jornal do Commercio*, caracteriza a recepção como um momento onde o povo brasileiro demonstrou sua veneração por suas tradições, em que a nação “rendeu culto patriótico ao passado”. Assim, as palmas vibrantes, quando da passagem do conde e do príncipe no cortejo, dirigiam-se aos representantes daquela fase histórica, “estágio essencial na evolução da vida política independente”, ou seja, não eram manifestações de “fé monárquica”, da mesma forma que as homenagens feitas ao monarca e a imperatriz, vistos como símbolos da era imperial. Homenagens essas que contaram com a participação de “representantes de todas as nossas classes sociais, sem distinção de credos políticos e religiosos” (*Jornal do Commercio*, 9 de jan. de 1921. Apud *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1925: 121-146).

No culto às tradições, à história, ao passado, perceptível nas descrições da cerimônia, é clara a preocupação de fundir em uma só, a tradição imperial e a tradição republicana, caracterizando-a essencialmente como liberal, construindo uma continuidade entre o passado imperial e o presente de 1921. O que pode ser observado, na apreciação feita pelo jornal *Gazeta de Notícias*, sobre a República “forte e inabalável”, que entrava em um período de maturidade, marcado pelo “liberalismo tradicional do povo brasileiro” e pelo “desejo de paz e de moralidade administrativa, benefícios a que nos acostumou o extinto monarca e que constituem o ideal de toda a gente” (*Gazeta de Notícias*, 9 de jan. de 1921. Apud *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1925: 147-173).

Após mais de 30 anos de exílio e banimento, integrantes da família imperial retornavam ao Brasil, junto aos restos mortais dos ex-imperadores brasileiros, que finalmente descasariam na terra pátria. Considerando que a sociedade é dividida em tempos, como, por exemplo, o tempo da política (PALMEIRA, 2002: 171-177), o retorno dos despojos é construído como um tempo de comemoração, um momento especial de júbilo da república com o passado monárquico, onde passado, presente e futuro são articulados, com objetivo de criar sentimentos de pertença e continuidade (CATROGA, 1998). Nesse sentido, o passado monárquico é celebrado em exposições e nas páginas de jornais e revistas, e especialmente, através de uma pomposa recepção aos restos mortais do imperador e da imperatriz, e aos representantes da família imperial, o Conde d’Eu e seu filho, D. Pedro; que são aclamados pela população, tanto na recepção realizada no Rio de Janeiro, como nas outras cidades e capitais que visitaram enquanto por aqui estiveram.³ [4]

Não apenas na recepção extremamente amigável de janeiro de 1921, mas já no início de 1920, era possível perceber claramente essa reorientação em relação à imagem do Conde. Ao noticiar o falecimento de D. Luiz, filho da princesa Isabel com o Conde d’Eu,⁴ [5] o *Jornal do Brasil* assim se refere ao Conde e sua atuação no Paraguai: “Foi ele quem concluiu esta sangrenta luta, portando-se como um bravo e um chefe a altura das delicadas operações que lhe foram confiadas” (*Jornal do Brasil*, 1 abr. de 1920). O falecimento do neto de D. Pedro II reascende as críticas ao decreto que impõem o banimento da família imperial, afinal, “ninguém de bom senso achará crível que duas criaturas, quase octogenárias como os Condes d’Eu, alimentem quaisquer veleidades restauradoras aqui”, observa o

Jornal do Brasil,

O Brasil encontra-se em dívida de gratidão para com ambos, e nenhuma hora é mais bela do que esta para saldá-la, com um rasgo de generosidade, que seria ao mesmo tempo um ato de fé, de confiança, na estabilidade do regime. Não devemos consentir que o Conde e a Condessa d'Eu fechem para sempre os olhos em terras do exílio, sem que lhes seja dado, num derradeiro lance, reverem o Brasil amado, para cuja grandeza, ambos contribuíram com os sacrifícios, a sua dedicação e o seu patriotismo (Jornal do Brasil, 1 abr. de 1920).

A dedicação e o patriotismo do Conde seriam temas constantes dos artigos publicados sobre ele, resultado de sua atuação na Guerra do Paraguai. Nesse sentido, o jornal *A Notícia* ressaltava que ele não seria recebido, nem como príncipe, nem como senador do Império, mas sim como Marechal do Exército brasileiro, pois, a “(...) revolução de 15 de Novembro não supriu o marechalato nem o oficialato do Exército e s.a.r. o conde d'Eu, marechal do Exército Nacional, revogado o seu banimento, recupera, cremos nós, o seu posto nas fileiras do nosso glorioso Exército”. Assim, a atuação na Guerra do Paraguai será o ponto a ser destacado, durante o tempo em que o Conde aqui viveu, e será como oficial do Exército brasileiro que ele será recebido. Como aponta o jornal, os serviços militares prestados pelo Conde não se dirigiram à Monarquia, mas à “honra, à integridade, e às glórias militares da nossa e dele estremecida Pátria” (Jornal *A Notícia*, 04 de jan. de 1921. Apud: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1925:77).

Mais singulares são as palavras do jornal *O Imparcial*, ao se referir ao Conde, quando de sua chegada, ainda no Brasil monárquico, para casar com a princesa Isabel, como aquele jovem, “que logo conosco se identificou e irmanou, compartilhando os riscos da guerra cruenta”. Momento em que se formou no Conde “uma alma brasileira”, que continuou viva, afirma o jornal, mesmo durante o exílio, enquanto ele acompanhava “com a maior solícitude, quanto dizia respeito à nossa terra, e por tudo que podia beneficiar o Brasil vivamente se interessava” (Jornal *O Imparcial*, 08 de jan. de 1921. Apud, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1925: 104). Assim como o *A Notícia*, o jornal reforça a validade de sua patente de marechal efetivo do Exército.

As construções continuam após sua chegada, sendo interessante ressaltar, ainda, algumas referências específicas, como por exemplo, a do *Jornal do Commercio*, quando este coloca que as aclamações que se dirigiam ao Conde, não eram feitas ao representante do regime extinto, mas, ao “velho soldado do Exército brasileiro, que aceitou num momento difícil para a Pátria, a tarefa pesada e dura de liquidar a fase mais ingrata da campanha do Paraguai”. Quanto ao príncipe, “a população da Capital saudou, após trinta anos de exílio, o descendente da dinastia ilustre, que tanto honrou e tanto amou o Brasil” (*Jornal do Commercio*, 9 de jan. de 1921. Apud *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1925: 121-146).

O jornal *Gazeta de Notícias* publica, também, uma entrevista com os reais visitantes, ainda a bordo do *S. Paulo*, onde o Conde manifesta seus sentimentos e expectativas quanto ao retorno:

*- Não sei como dizer a emoção que senti, quando me foi dado enfim, rever as terras do Brasil, avistando ao longe, no horizonte, a ilha de Fernando de Noronha! Se em minha casa, em França, noutra coisa se não falava se não no Brasil, durante trinta anos! Imagine como não hei de rever com emoção essa terra, a que estou tão profundamente ligado por tantos motivos! (Gazeta de Notícias, 9 de jan. de 1921. Apud *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1925: 166-167).*

Já o príncipe, manifesta suas impressões em relação à cidade do Rio de Janeiro, maravilhado com seu

progresso:

Quando daqui parti, tudo era diferente: não havia as avenidas, de que tanto tenho ouvido falar e de cuja beleza tanto se orgulha o povo brasileiro. Esse soberbo cais nem sequer havia sido esboçado. Sinto-me bem ao pisar o solo pátrio e é com pronunciada comoção que observo essa manifestação de apreço do povo carioca aos seus ex-imperadores. Outra coisa não poderia esperar. Desde que cheguei a Lisboa, fui cercado de tantas distinções e de tantos carinhos que, na verdade, me sinto confortado e orgulhoso por encontrar-me no meio dos meus concidadãos (Gazeta de Notícias, 9 de jan. de 1921. Apud Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 1925: 166-167).

Um desses concidadãos seria sua ama de leite, Anna Grunewald. A velhinha de 72 anos veio de Petrópolis especialmente para receber e cumprimentar o príncipe. O reencontro dos dois deu-se ainda no S. Paulo, levando a velha ama de leite às lágrimas. Segundo a *Gazeta de Notícias*, o príncipe teria conversado longamente com a ama, “relembrando vários fatos ocorridos em sua mocidade” (*Gazeta de Notícias*, 9 de jan. de 1921. Apud Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 1925: 169-170).

Nas representações do Conde e nas narrativas construídas sobre o seu passado, percebe-se o esforço para incorporar esse personagem ao passado nacional, sem menções às discórdias e desafetos que tanto permearam os mais de 20 anos? em que viveu no Brasil, ao lado da princesa Isabel. Afinal, esse é um momento de congraçamento, de fusão de tradições e passados. Assim, ao retornar, o Conde não seria mais o “estrangeiro”, foi inserido em uma nova categoria (SCHUTZ, A. 1979), a de veterano de guerra, mesmo sendo essa uma guerra terminada a mais de meio século atrás, é clara a reconstrução da imagem desse príncipe francês, que em 1921, é realizada por sobre alguns esquecimentos.

Sobre a experiência do Conde em 1921, vale ressaltar as referências a sua memória, lembrando de fatos “insignificantes”, ocorridos a 40 ou 50 anos, observou o jornal *O Imparcial*, ao descrever o encontro do Conde com alguns veteranos que com ele participaram da Guerra Paraguai. Na descrição do jornal, ao ser apresentado ao Sr. Jorge Maria, o conde teria respondido imediatamente: “Ah! Jorge Maia, o que se casou no Paraguai?”, admirando, segundo jornal, as pessoas que o cercavam com esse “prodígio de memória em um octogenário” e “sorriam a cada uma dessas provas de lucidez de espírito do velho conde” (*O Imparcial*, 09 de jan. de 1921. Apud: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 1925: 211-213).

No dia seguinte à chegada, o Conde e o príncipe visitaram a *Exposição de História e Arte Retrospectiva da Época Monárquica no Brasil* no Club dos Diários. Composta por objetos e retratos da Monarquia, a exposição foi vista demoradamente pelo Conde e pelo príncipe, sendo objeto de um detalhado artigo do jornal *A Noite*, relatando suas impressões. Sobre as impressões do Conde, observa o jornal: “tinha palavras de recordação, citando episódios e inquirindo de pessoas contemporâneas dos períodos recapitulados”, examinou todos os objetos, reconhecendo todos os personagens retratados: “- O Nabuco, o Patrocínio, o Taunay, o Ferreira Vianna”. Ao entrar no salão de baile do Clube, teria comentado: “(...) Aqui vi reunidos vivos todos esses políticos que ora vejo em retratos. (...) O Zacarias, o João Alfredo, o Dantas...o general Osório...”. Sobre as impressões do príncipe, vale destacar seu comentário sobre um foto da família imperial: “Foi tirada em Petrópolis pouco tempo antes da revolução republicana. Cá estou eu. Tinha pouco mais de quatorze anos.” (*A Noite*, 09 de jan. de 1921. Apud Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 1925: 218-220).

Mas as lembranças do Conde não ficaram restritas ao seu grupo de velhos companheiros de batalha, também aflorariam durante os seus passeios pela cidade do Rio, descritos detalhadamente em dois belos artigos de Viriato Correa.

No primeiro artigo, sobre um passeio de automóvel pela orla, Viriato descreve a surpresa do Conde ao verificar as mudanças pelas quais a cidade havia passado, presentes inclusive no Palácio Guanabara, onde residiu com sua esposa. Ao vislumbrar o Palácio, o conde teve uma exclamação maravilhada: “Como está mudado!”, depois rodeou as palmeiras defronte do mesmo, identificando as que foram plantadas por ele e as que foram plantadas pela princesa (*Correio da Manhã*, 21 de jan. de 1921. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1925: 230-233).

A memória prodigiosa do Conde iria manifestar-se novamente quando da visita ao convento de Santo de Antônio para visitar os restos mortais de algumas figuras da família imperial que ali repousavam. Todavia, o aspecto dos caixões não teria agradado aos visitantes, encontravam-se estes amontoados, descreve Viriato, num vão de parede. Caixões que pertenciam à imperatriz Leopoldina, e aos seus filhos com D. Pedro I, princesa Paula Mariana e o príncipe Carlos Borromeu. Ao observar a cena, o Conde perguntou ao frei que os acompanhava, onde estava a placa e a coroa de madeira que ornamentavam respectivamente o caixão da imperatriz e da princesa Paula Mariana. Depois de muito insistir que tais adereços realmente existiam, o conde finalmente encontra um deles: “E veio saindo com a coroa dourada nas mãos, muito contente, como se tivesse encontrado um tesouro. Ao chegar ao caixão da princesa, depositou-a cuidadosamente bem no centro” (*Correio da Manhã*, 28 de jan. de 1921. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1925: 233-237).

Algumas referências a tais passeios também aparecem na imprensa, uma delas está numa entrevista com o secretário do IHGB, Max Fleuiss, que acompanhou os reais visitantes em muitos de seus passeios e visitas pela capital. Na entrevista, fornecida ao jornal *A Notícia*, Fleuiss faz referência aos passeios pela cidade citados por Viriato Correia: “Dotado de excelente memória, o conde d’Eu lembrava-se de tudo e referia episódios. Na Rua Paysandu recordou-se que as palmeiras dali foram plantadas pela princesa Isabel e por ele”. O secretário do IHGB adiciona ainda alguns outros exemplos da extraordinária memória do Conde, ao se referir às visitas de personagens da realeza ao Palace Hotel, onde estava hospedado. Sobre a visita de uma senhora “descendente de família que foi íntima do Paço”, Fleuiss descreve: “O conde d’Eu, informando de sua origem, manifestou-se gratíssimo pela visita e fez perguntas relativas aos membros da família, denunciando, pelos pormenores, que tinha nítida idéia de todos e desejando saber da situação atual de cada um” (*A Notícia*, 10 de janeiro de 1921. Apud *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*; 1925:225).

Já sobre o segundo passeio citado por Viriato Correia, ao Convento Santo Antonio, encontramos referências no *Jornal do Brasil*, que cita tal passeio, ressaltando novamente a “prodigiosa memória” (*Jornal do Brasil*, 15 de jan. de 1921) do Conde, ao notar o adereço que faltava no esquiife da Imperatriz.

Ao final do mês de janeiro, Conde e príncipe deixariam a capital para visitar o estado de Minas Gerais, seguindo depois para São Paulo. Do regresso à capital, em 6 de fevereiro, até a partida para a Europa no dia 16 do mesmo mês, ainda seriam realizadas importantes homenagens aos reais visitantes,⁵ [6] dentre elas destacaremos aqui a visita à Vila Militar.

Em companhia do marechal Bento Ribeiro, chefe do Estado-Maior do Exército, e do general Andrade Neves, o Conde e príncipe embarcaram, na manhã do dia 13, em um trem na Central da Brasil que os conduziu à Vila Militar, onde foram recebidos pelos generais Chrispim Ferreira e Cypriano Ferreira. Já na Vila, foram visitadas as seguintes dependências: 1º batalhão de engenharia, 1º corpo de trem, Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, 1º regimento de artilharia e 2ª de infantaria. Após a excursão foi servido o almoço, que contou com os discursos do Ministro da Guerra, Pandiá Calógeras, do marechal Bento Ribeiro e do Conde d’Eu. Infelizmente o jornal não faz referência ao conteúdo dos discursos, apontando

apenas que foram todos vivamente aplaudidos (*Jornal do Brasil*, 13 de jan. de 1921).

As descrições sobre os passeios e visitas do Conde são boas para se pensar que outros passados e outras memórias estavam em jogo naquele momento, e que não seriam esquecidos, porque lembrados por determinados grupos. No caso, faço referência aos encontros do Conde com os veteranos do Paraguai e também com descendentes da nobreza imperial que o procuraram em seu hotel. Momentos propensos a recordações de eventos ou personagens que não necessariamente foram incluídos no leque organizado das memórias que eram celebradas naquele momento. Um dos episódios que expressa com maior clareza essa distância, entre o que era celebrado e o que era lembrado pelo Conde, é sua visita ao Convento de Santo Antonio, onde uma parte desse passado residia praticamente esquecido.

Sobre a atenção de que foi alvo, podemos perceber, através das notícias publicadas no *Jornal do Brasil*, que esta vai decaindo ao longo da visita, e em alguns momentos, especialmente durante as viagens para os outros estados, poucas são as referências à viagem dos reais visitantes. Apenas quando retornam à capital, é que se tornam novamente alvo de matérias diárias, relatando o seu dia a dia e as homenagens prestadas. Quanto à despedida, não teve a grandiosidade da recepção, sendo um evento bem simples e curto, sobre o qual o jornal não fornece muitos detalhes.

À passagem do automóvel de Suas Altezas, que era seguido de outros conduzindo vultos proeminentes, tanto do tempo do Império como do atual regime, o povo descobria-se em atitude respeitosa, rendendo homenagens ao velho soldado das campanhas do Paraguai e ao seu ilustre filho, neto do ex-Imperador D. Pedro II (Jornal do Brasil, 16 de fev. de 1921).

Encerrada a visita em fevereiro de 1921, uma nova viagem foi planejada para o ano seguinte, com o intuito de participar das comemorações do Centenário da Independência, no entanto, com a saúde já fragilizada, o Conde faleceu, a bordo do navio *Massília*, quando retornava pela segunda vez ao Brasil, em 28 de agosto de 1922.

Por fim, na visita à exposição no Clube dos Diários, ou nos passeios pela cidade, percebemos como o Conde utiliza suas memórias para se reintegrar a essa sociedade. Nesse sentido, o tempo em que recorda não é dado apenas pelos grupos com os quais se reencontra, mas também pelo ambiente ao seu redor, um espaço que pode ser definido como uma grande “loja de antiguidades” (HALBWACHS, 2006: 158), onde as palmeiras do Palácio Guanabara, bem como o salão de bailes do Clube dos Diários, adquirem outro significado, utilizados na reconstrução de uma identidade: a do velho simpático, de memória excepcional, recebido como marechal e veterano de guerra.

Uma década após seu falecimento, é publicada sua primeira biografia (1933), de autoria do folclorista Luis Câmara Cascudo. Dois anos depois, é a vez do literato Alberto Rangel escrever sobre o Conde (1935). Ambas as obras são apologéticas, voltadas para ressaltar as qualidades do Conde e os serviços que prestou ao Brasil, especialmente sua atuação na Guerra do Paraguai.

O que podemos observar, já no prefácio de Rangel, onde ele deixa claro que a obra tinha como objetivo “elucidar alguns pontos da história pátria”, instaurando “um processo de revisão na descarga de reparações necessárias”. O livro, “selado na verdade dos arquivos”, tratava-se justamente de um tributo “à memória de quem até então fora apenas o estrangeiro malquisto, mal julgado, mal despedido e mal recompensado” (RANGEL, 1935: 11). Os arquivos, a que Rangel se refere, são os documentos pertencentes ao imperador e sua família, remetidos à Europa, após sua partida para o exílio, e que foram alocados no Château d’Eu. Após a morte do casal d’Eu, os documentos ficaram sob a guarda de seu filho mais velho, o príncipe D. Pedro, que iniciou sua organização e catalogação com a ajuda de Alberto

Rangel e Miguel Calógeras. Foi a partir dessa documentação que Rangel escreveu a biografia do Conde (BARMAN, 1999: 416-417).

A reabilitação da figura do Conde também é apontada no trabalho Cascudo, em suas últimas páginas, onde coloca:

Sobre a nobre figura do conde d'Eu desabaram todas as tempestades do ódio, da acusação e da mentira. Só o Tempo teve o dom de limpar tantas nevoas densas acumuladas sobre fatos ilustres e feitos valorosos. (CASCUDO, 1933: 155)

No caso, não apenas o tempo, mas também a História brasileira faria justiça “definitiva, completa e clara” ao Conde, “príncipe de França e Marechal do Brasil...” (CASCUDO, 1933: 156). O intuito de produzir uma obra baseada na “verdade dos arquivos” ficaria apenas com Rangel, pois, não há, na obra de Cascudo, preocupação com fontes ou referências.

A visita de 1921 ao Brasil é descrita, em ambas as biografias, sem muitos detalhes. Com exceção do destaque dado por Rangel à visita do Conde à Vila Militar (*Jornal do Brasil*, 13 de fev. de 1921). Segundo Rangel, este teria sido o mais importante dos eventos realizados durante a estadia do Conde no Brasil. Isto porque, tal visita teve o caráter de uma “reunião expiatória”, ao fazer a “reparação devida à honra e ao prestígio de um grande chefe, profanadas pelas exacerbações da política” (RANGEL, 1935: 424). Já Câmara Cascudo nada menciona sobre o evento militar, limitando-se a escrever poucas palavras sobre o retorno em 1921, caracterizado como um momento especial, onde o Conde foi envolvido por uma atmosfera de “carinho, de admiração e de simpatia”, e que centralizou “a vida social do Brasil”, pois, “Só nele se falou e sua presença era o tema emotivo de todas as palestras” (CASCUDO, 1933: 149).

Publicadas na década de 30, as biografias diferem consideravelmente do que foi escrito sobre o Conde na década de 20, e durante sua visita em 1921. Especialmente o livro de Rangel, culpa o regime instituído em 1889 por “ter desconhecido o valor” do Conde, “prestante servidor de tantos anos nos campos de batalha e nos conselhos supremos do governo” (RANGEL, 1935: 11). A escrita da memória do Conde encontrava-se em seu terceiro momento, pós Revolução de 1930, onde as críticas a Primeira República, formuladas pelos movimentos intelectuais dos anos 20, apresentavam o Império como período áureo em oposição à República decadente.⁶ [7] Tais interpretações contidas nos ensaios de Alberto Torres e Oliveira Viana ganharam relevo nas análises de Almir de Andrade, nas quais o período imperial passava a ser analisado positivamente e a vida política brasileira do século XIX encontrava grande ressonância nos anos 30 (OLIVEIRA; VELLOSO; GOMES, 1982: 41).

Dentro desse quadro, o resgate da memória do Conde serve de mote para se criticar a República de 89, período histórico que, aos poucos, seria reconstruído como velho, como a “República Velha”, em oposição, ao novo, materializado pelo Estado de Vargas (BORGES, 2005). E, especialmente, o Estado Novo procurou cultivar uma relação intensa com a memória e o passado brasileiro através de uma rede em expansão de instituições federais que cuidavam do patrimônio histórico nacional (WILLIAMS, 1995), localizando-se dentro deste projeto o Museu Imperial (SANTOS, 2006). E, seria nesse museu, onde seriam depositados, em 1948, os arquivos consultados por Alberto Rangel, quando finalmente essas memórias são “institucionalizadas” dentro de um amplo projeto político cultural.

Bibliografia

I - Fontes

Periódicos:

Diário do Congresso Nacional. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/diarios.asp> [8]. Acesso em: 24 de julho de 2006.

Diário de Notícias.

Jornal do Brasil.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. TOMO ESPECIAL. Trasladação dos restos mortais de D.Pedro II e de D. Tereza Christina. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925.

Livros:

CASCUDO, L.C. *CONDE D'EU*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933. Biblioteca Pedagógica Brasileira. Série V. Brasileira. Vol. XI.

RANGEL, A. *Gastão de Orleans (O último Conde d'Eu)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

II – Artigos e livros consultados.

BARMAN, R.J. *Citizen Emperor. Pedro II and the making of Brazil, 1825-91*. Stanford, California: Standford University Press, 1999.

BORGES, V.P. Anos trinta: História e Historiografia. In: FREITAS, M.C. (org). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2005.

GUIMARÃES, L.M.P. A primeira república e as representações de D.Pedro II. In: MACHADO, M. C. T. (Org.); PACHECO, Cardoso Heloisa Helena (Org.). *História: narrativas plurais, múltiplas linguagens*. 1. ed. Uberlândia: Edufu, 2005.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

LAVRABRE, M.C. De la notion de mémoire à la production des mémoires collectives. In: CEFAL, D. (dir.). *Cultures Politiques*. Paris:PUF, 2001, pp.233-252.

LYRA, H. *História de Dom Pedro II, 1825-1891*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1977.v.3. Declínio: 1880-1889.

LOWENTHAL, D. *The Past is a Foreign Country*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

MELLO, M.T.C. *A república consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV; Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Edur), 2007.

OLIVEIRA, L.L.; VELLOSO, M.P.; GOMES, A.M.C. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1982.

PALMEIRA, M. "Política e tempo: nota exploratória". In: PEIRANO, M (org.). *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/NUAP-UFRJ, 2002.

POLLAK, M. "Memória, esquecimento, silêncio". *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível para download em <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/43.pdf> [9].

POMIAN, K. De l'histoire, partie de la mémoire, à la mémoire, objet d'histoire. *Revue de Méthaphysique et Morale*, nh.1, jan. – mars, 1998, p.63-110.

RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

SANTOS, M.S. *A escrita do passado em museus históricos*. Rio de Janeiro: Garamond, Minc, IPHAN, DEMU, 2006.

SCHUTZ, A. The Stranger: An Essay on Social Psychology. *Chicago Journals*. Vol. 49, No. 6 (May, 1944), pp. 499-507. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2771547> [10] Acesso em 4 de setembro de 2009.

_____ Investigações sociológicas. Aquele que retorna ao lar. In: WAGNER, H. *Textos escolhidos de Alfred Schutz. Fenomenologia e Relações Sociais*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

SIMMEL, G. "El espacio y la sociedad". [1908] In: *Sociología*. Buenos Aires, Espasa-Calpe, 1939, vol. 2

WILLIAMS, D. *Making Brazil Modern: Political culture and cultural politics under Getúlio Vargas, 1930-1945*. Stanford University: 1995 (Tese de Doutorado).

Notas

* [11] Mestre em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); aluna do curso de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais do Centro de Pesquisa e Documentação Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV); bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). E-mail para contato: lucianapessanha@fgvmail.com [12]

¹ [13] Para Schutz, *estrangeiro* é aquele indivíduo que tenta ser permanentemente aceito, ou pelo menos tolerado, pelo grupo do qual se aproxima. Nesse sentido, para se integrar, o estrangeiro procura interpretar o padrão cultural do grupo do qual se aproxima e passa a se orientar através dele. Isto porque, acrescentando aqui a digressão de Gerog Simmel sobre o estrangeiro, além deste indivíduo não possuir uma série de características inerente ao grupo, ele traz consigo certas singularidades (que não procedem do grupo) e que irão delimitar sua posição neste novo grupo. SCHUTZ, A. The Stranger: An Essay on Social Psychology. *Chicago Journals*. Vol. 49, No. 6

(May, 1944), pp. 499-507. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2771547> [10] Acesso em 4 de setembro de 2009; SIMMEL, G. El Espacio y la sociedad. In: *Sociologia*. Buenos Aires, Espasa – Calpe, 1939, Volume 2, p.207-296.

² [14] Foram apresentados quatro projetos no Congresso Nacional relativos à revogação do banimento da família imperial e à vinda dos despojos imperiais para o Brasil. O primeiro projeto foi apresentado pelo deputado do Mato Grosso, Caetano de Albuquerque em 1891 e previa a revogação do decreto do banimento da família imperial; o segundo projeto foi apresentado em 1906 pelo senador Coelho Lisboa e não requeria a revogação do banimento, mas a transladação dos despojos imperiais para o Brasil e a construção de um *Pantheon* para alocá-los; o terceiro projeto foi apresentado pelo deputado Mauricio de Lacerda e incorporava novamente a demanda pela revogação do banimento, sem a requisição, contudo, para a construção do *Pantheon*; o quarto e último projeto requerendo a revogação do banimento foi apresentado em 1919 pelo deputado mineiro Francisco Valladares e foi alvo de poucas atenções na Câmara, retornando ao pleito após a mensagem do presidente Epitácio Pessoa na abertura dos trabalhos do Congresso Nacional em maio de 1920. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: IHGB. V.152, Tomo 98, 1925.

³ [15] O Conde e príncipe visitam as seguintes cidades: Petrópolis, Barra do Pirai, Juiz de Fora, Belo Horizonte, São Paulo e Sorocaba.

⁴ [16] D. Luiz faleceu no início de 1920 antes de voltar a pisar no solo brasileiro, como havia desejado em sua viagem à América do Sul em 1907. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro 30 de mar. de 1920.

⁵ [17] Faço referência à cerimônia de inauguração do busto de D. Pedro II no Club de Engenharia e à sessão especial em homenagem ao Conde d'Eu realizada no IHGB.

⁶ [18] Exemplos de obras publicadas neste período são: CARDOSO, Vicente Licínio. *À Margem da História da República*. 1924; VIANNA, Oliveira. *O ocaso do Império*. São Paulo: Melhoramentos, 1925. Para uma análise mais detalhada do cenário intelectual do período ver: OLIVEIRA, L. L. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990; MALATIAN, T. O Retorno do César Caricato. In: BRESCIANI, M. Stella (org.). *Jogos da Política. Imagens, Representações e Práticas*. São Paulo ANPUH/Marco Zero/Fapesp, 1992.

- [Conde d'Eu](#)
- [Construções memoriais](#)
- [representações](#)

Fonte:

<http://cpdoc.fgv.br/mosaico/?q=artigo/do-estrangeiro-antip%C3%A1tico-e-avarento-ao-velhinho-simp%C3%A1tico-e-veterano-de-guerra-representa%C3%A7%C3%B5e>

Links:

[1] <http://cpdoc.fgv.br/mosaico/?q=editorial/edição-nº-3-ano-ii>

[2] <http://cpdoc.fgv.br/mosaico/?q=artigo/do-estrangeiro-antip%C3%A1tico-e-avarento-ao-velhinho-simp%C3%A1tico-e-veterano-de-guerra-representa%C3%A7%C3%B5e>

C3%A1tico-e-veterano-de-guerra-representa%C3%A7%C3%B5e#_edn1

[3]

http://cpdoc.fgv.br/mosaico/?q=artigo/do-estrangeiro-antip%C3%A1tico-e-avarento-ao-velhinho-simp%C3%A1tico-e-veterano-de-guerra-representa%C3%A7%C3%B5e#_edn2

[4]

http://cpdoc.fgv.br/mosaico/?q=artigo/do-estrangeiro-antip%C3%A1tico-e-avarento-ao-velhinho-simp%C3%A1tico-e-veterano-de-guerra-representa%C3%A7%C3%B5e#_edn3

[5]

http://cpdoc.fgv.br/mosaico/?q=artigo/do-estrangeiro-antip%C3%A1tico-e-avarento-ao-velhinho-simp%C3%A1tico-e-veterano-de-guerra-representa%C3%A7%C3%B5e#_edn4

[6]

http://cpdoc.fgv.br/mosaico/?q=artigo/do-estrangeiro-antip%C3%A1tico-e-avarento-ao-velhinho-simp%C3%A1tico-e-veterano-de-guerra-representa%C3%A7%C3%B5e#_edn5

[7]

http://cpdoc.fgv.br/mosaico/?q=artigo/do-estrangeiro-antip%C3%A1tico-e-avarento-ao-velhinho-simp%C3%A1tico-e-veterano-de-guerra-representa%C3%A7%C3%B5e#_edn6

[8] <http://imagem.camara.gov.br/diarios.asp>

[9] <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/43.pdf>

[10] <http://www.jstor.org/stable/2771547>

[11]

http://cpdoc.fgv.br/mosaico/?q=artigo/do-estrangeiro-antip%C3%A1tico-e-avarento-ao-velhinho-simp%C3%A1tico-e-veterano-de-guerra-representa%C3%A7%C3%B5e#_ftnref1

[12] <mailto:lucianapessanha@fgvmail.com>

[13]

http://cpdoc.fgv.br/mosaico/?q=artigo/do-estrangeiro-antip%C3%A1tico-e-avarento-ao-velhinho-simp%C3%A1tico-e-veterano-de-guerra-representa%C3%A7%C3%B5e#_ednref1

[14]

http://cpdoc.fgv.br/mosaico/?q=artigo/do-estrangeiro-antip%C3%A1tico-e-avarento-ao-velhinho-simp%C3%A1tico-e-veterano-de-guerra-representa%C3%A7%C3%B5e#_ednref2

[15]

http://cpdoc.fgv.br/mosaico/?q=artigo/do-estrangeiro-antip%C3%A1tico-e-avarento-ao-velhinho-simp%C3%A1tico-e-veterano-de-guerra-representa%C3%A7%C3%B5e#_ednref3

[16]

http://cpdoc.fgv.br/mosaico/?q=artigo/do-estrangeiro-antip%C3%A1tico-e-avarento-ao-velhinho-simp%C3%A1tico-e-veterano-de-guerra-representa%C3%A7%C3%B5e#_ednref4

[17]

http://cpdoc.fgv.br/mosaico/?q=artigo/do-estrangeiro-antip%C3%A1tico-e-avarento-ao-velhinho-simp%C3%A1tico-e-veterano-de-guerra-representa%C3%A7%C3%B5e#_ednref5

[18]

http://cpdoc.fgv.br/mosaico/?q=artigo/do-estrangeiro-antip%C3%A1tico-e-avarento-ao-velhinho-simp%C3%A1tico-e-veterano-de-guerra-representa%C3%A7%C3%B5e#_ednref6